

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 233/2018



EMENTA: Concede Comenda de Incentivo à Educação Darcy Ribeiro ao Embaixador da Finlândia no Brasil Markku Virri. Exara-se parecer pela constitucionalidade e juridicidade.

AUTOR: Dep. BUBA GERMANO

RELATORA: Dep. CAMILA TOSCANO

PARECER Nº 1965/2018

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Resolução nº 233/2018**, de autoria do **Deputado Buba Germano**, o qual "Concede Comenda de Incentivo à Educação Darcy Ribeiro ao Embaixador da Finlândia no Brasil Markku Virri".

A matéria constou no expediente do dia 23 de maio de 2018.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

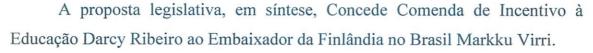
É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II - VOTO DO RELATOR



O autor justificou o projeto. Segue, a título de esclarecimento, parte de sua justificativa em que esclarece a finalidade da proposição:

"O Embaixador da Finalândia Markku Virri, vem contribuindo consideravelmente, para que jovens paraibanos envolvidos no projeto "Gira Mundo", tenham a oportunidade de aprender e conhecer a língua e a cultura da Finlândia. Sua atuação tem sido fundamental, de suma importância, para que esse passo rumo ao conhecimento possa acontecer.

O "Programa Gira Mundo" modalidade estudante, visa proporcionar aos alunos matriculados no segundo ano do ensino médio, o desenvolvimento linguístico e a interação com novas culturas e métodos de ensino, que, ao regressarem, torna-se-ão multiplicadores do "Programa Gira Mundo" em suas regiões e desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da educação no estado da Paraíba.

Busca-se com o referido projeto, motivar, oportunizar os alunos e professores da rede pública estadual de educação na busca de melhor formação e desempenho na escola.

O nosso condecorado vem indiscutivelmente sendo um agente facilitador, intermediando, a abertura das portas da Finlândia para receber esses jovens estudantes da nossa Paraíba.

(...)"

De início, e nos termos do **art. 31, inciso I,** do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Com relação à iniciativa, o § 2º do art. 107, do Regimento Interno desta Casa, determina que os projetos de decreto legislativo e de resolução podem ser apresentados por qualquer Deputado ou Comissão, quando não sejam de iniciativa privativa da Mesa ou de outro colegiado específico.

A Comenda a ser concedida foi criada pela Lei nº 6.557 de 25 de novembro de 1997. A Lei não estabelece exigências para a sua apresentação, o que se conclui que poderá ser de iniciativa de um único Deputado e dos

Legislativa



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

organismos colegiados (Mesa e Comissões). A Comenda de Incentivo à Educação Darcy Ribeiro será conferida a pessoas ou Instituições com destaque de atuação na área da Educação no Estado da Paraíba. Com relação à análise de mérito a norma estabelece competência para a Comissão de Educação, Cultura e Desportos.

Por fim, com relação ao limite, a norma estabelece que serão concedidas no máximo 10(dez) Comendas, vedada a sua concessão em duplicidade, mesmo que em anos distintos.

Conforme exposto, não vislumbramos qualquer vício de constitucionalidade e juridicidade capaz de impedir a regular tramitação da proposição.

CONCLUSÃO:

Diante de tais considerações, esta relatoria, depois de retido exame da matéria, se posiciona pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Resolução nº 233 de 2018.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2018.

DEP. CAMILA TOSCANO

RELATORA

A PROPERTY OF THE PROPERTY OF







Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Resolução nº 233/2018, nos termos do voto da Senhora Relatora.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2018.

DEP. ESTELA BEZERR

Presidente

Apreciado pela Comissão No dia 14,08/18

DEP. CAMILA TOSCANO

DEP. LINDOLFO PIRES

Membro

Membro

DEP. TROCOLLI JÚNIOR

DEP. HERVÁZIO BEZERRA

Membro

Membro

DEP. JOÃO GONÇALVES

DEP. DANIELLA RIBEIRO

Membro

Membro